

INFRAFERCA CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE BRASÍLIA S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - AEROPORTO DE BRASÍLIA

CNPJ Nº 15.559.082/0001-86 Brasília

	2020	2019
Ativo		
Capital circulante		
Depósitos equivalentes de caixa (Nota 5)	64.234	77.538
Depósitos vinculados (Nota 5.1)	33.451	28.623
Contas a receber de clientes (Nota 6)	24.459	49.020
Partes Relacionadas (Nota 7)	24	23
Tributos a recuperar (Nota 8)	5.181	8.134
Despesas antecipadas (Nota 9)	2.384	3.453
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	1.110
Outros ativos (Nota 10)	3.644	3.886
Total	133.377	170.764
Ativo não circulante		
Imobilizado	40.734	41.354
Despesas antecipadas	12	23
Judiciais (Nota 9)	2.132	4.383
Outros ativos (Nota 10)	363.105	617.810
Investimentos	90	90
Imobilização (Nota 11)	1.359	1.357
Intangível (Nota 12)	3.389.037	3.500.620
Total	3.753.581	4.119.904

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2020	2019
Passivo		
Capital circulante		
Provisões para encargos sociais (Nota 13)	14.445	14.011
Fornecedores (Nota 14)	35.820	29.042
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	61.455	77.705
Tributos a recolher	20.692	5.793
Compromissos com o poder concedente (Nota 17)	277.392	291.958
Partes relacionadas (Nota 7)	23.373	3.381
Adiantamentos de cliente (Nota 18)	11.762	8.664
Outros passivos (Nota 20)	31.859	41.199
Total	418.678	489.653
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	1.107.683	1.049.701
Tributos a recolher	5.414	6.827
Partes relacionadas (Nota 7)	2.376	2.328
Adiantamentos de clientes (Nota 18)	74.895	79.781
Compromissos com o poder concedente (Nota 17)	2.946.581	2.767.870
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e civis (Nota 19)	7.324	9.031
Outros passivos (Nota 20)	4.148.670	3.919.467
Total	4.637.468	4.409.420
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 21)	1.445.000	1.445.000
Prejuízos acumulados	(2.195.510)	(1.563.729)
Total	(750.510)	(118.729)
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.886.958	4.290.691

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Infraferca Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Infraferca", "Companhia" ou "Concessionária") foi constituída em 18 de maio de 2012, tendo como objeto exclusivo exercer as atividades de aplicação, manutenção e exploração do Aeroporto de Brasília, conforme contrato de concessão estabelecido com a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC assinado em 14 de junho de 2012. Com base no Decreto 7.537/2011, por meio da ANAC, o Governo Federal decidiu conceder à iniciativa privada a gestão dos Aeroportos de Viracopos, Guarulhos e Brasília. A Infraferca apresentou a melhor proposta para a concessão do Aeroporto de Brasília de acordo com o Edital de Licitação 2/2011. A concessão é pelo prazo de 25 anos com início em 24 de junho de 2012. Este prazo pode ser estendido por mais 5 anos, se necessário, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. O contrato de concessão foi dividido em quatro fases: Fase 1 - Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura e melhoria no nível de serviço. Fase 1-A: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura para recomposição total do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA. Fase 2: Cumprir integralmente a obrigação de manter o nível de serviço estabelecido no PEA. A Fase 1-A está dividida em três estágios, sendo o último o início das operações pela Infraferca com a aplicação da infraestrutura, a partir de setembro de 2012. A Fase 1-B, com todos os custos operacionais e receitas atribuídas à Infraferca. Este estágio teve início em 24 de junho de 2012, sendo concluído durante o exercício de 2012. A Fase 1-B: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura e melhoria no nível de serviço. Este início em 2013 e a sua finalização ocorreu em maio de 2014. A Fase 1-C: Contempla as atividades de ampliação do Aeroporto e adequação da infraestrutura para recomposição total do nível de serviço estabelecido no PEA e a sua conclusão se deu em maio de 2016. Atualmente, a Concessão está na Fase 2, em que a Companhia deve cumprir integralmente a obrigação de manter o nível de serviço estabelecido no PEA. A cada evento de Gatilho de Investimentos, a Companhia deverá apresentar à ANAC, em até 90 dias, o Projeto Básico dos Investimentos com vista à manutenção do nível de serviço, previstos no Plano de Gestão de Investimentos - PGI vigente. Ao final da concessão os bens vinculados à exploração do Aeroporto serão revertidos à União sem direito a qualquer indenização para a Infraferca. Os contratos de concessão são de natureza onerosa e de prazo determinado. O contrato de concessão prevê a Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente e a realização de investimentos para ampliação do Aeroporto de Brasília. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 355.421 e o patrimônio líquido negativo de R\$ 750.510 devido, principalmente, à captação de empréstimos e financiamentos. Para fazer frente a esta obrigação, estão sendo apresentadas propostas de renegociação de dívidas, a fim de reduzir o impacto financeiro da concessão. O Aeroporto de Brasília registrou em dezembro um fluxo de 1 milhão de passageiros. Esta foi a primeira vez depois de 9 meses que o terminal aérea marca este dado que era o movimento regular do aeroporto. Este número apesar de ser 65% inferior ao esperado para o período demonstra a recuperação do setor. Além disso, vem acontecendo um recobramento da movimentação aérea e de passageiros. A alta temporada de verão e o aumento das operações de fretes, a retomada da demanda turística e o crescimento da demanda de fretes, a retomada desta retomada acontece de forma tranquila e atende a todos os procedimentos sanitários foram intensificados para receber um número maior de pessoas. A retomada internacional continua lenta devido ao fechamento de fronteiras e as novas exigências para entrada e saída de diversos países. Brasília continua com diligências diretas para Portugal e Panamá. Os outros destinos operados anteriormente no Aeroporto para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Isso foi possível devido ao reconhecimento pela União que a pandemia do COVID-19 é um caso de "força maior" ou "caso fortuito", ou seja, o prejuízo do impacto da pandemia não faz parte dos riscos assumidos pela iniciativa privada e deve ser compensado pelo Governo Federal. Diante disso, a ANAC definiu como premissa para esse reequilíbrio a compensação de acordo com o demonstrado em dezembro de 2020. O cenário sem pandemia (contra factual). A ANAC aprovou o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato referente ao ano de 2020 no valor de R\$ 186,9 milhões, que será recebido através de compensação das outorgas fixas, variáveis e contribuição mensais. Também em dezembro de 2020 contrato de concessão foi atualizado, com base na Lei nº 14.034/20, que postergou o pagamento das outorgas fixas e variáveis dos aeroportos de maio e junho para dezembro de 2020 e permitiu o repatriamento da outorga de 2020. Esse aditivo postergou 50% do pagamento da outorga de 2020 para dezembro de 2021 e o restante para maio e junho de 2022. Essas mudanças de fluxo de pagamento não alteram o valor presente da dívida no marco zero. Para auxiliar no enfrentamento da crise causada pela Covid-19 e apoiar na manutenção dos empregos, o Ministério da Economia prorrogou a política de redução da jornada de trabalho até o final de 2020. Esta iniciativa do Governo evita a demissão de funcionários e preservação empregos. O impacto negativo no fluxo de caixa decorrente da redução das receitas, a Companhia não reconheceu em 2020 e 100% de todos os benefícios aos seus funcionários e honrou seus compromissos com fornecedores e prestadores de serviço. A Companhia, apesar do capital circulante e do patrimônio líquido negativos, possui condições para honrar seus compromissos financeiros de acordo com as perspectivas do negócio, amparados em seu contrato de concessão o qual permite os pleitos perante o poder público para reequilíbrio, além disso está previsto em plano de negócio apoiar os acionistas visando a continuidade da operação. A meio de dezembro de 2020 a Companhia realizou uma reunião com o Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2021.

2 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de Preparação.** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evitam todas as informações essenciais próprias das demonstrações financeiras, e o tratamento das mesmas está consistente com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas demonstrações foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento são discutidas no texto das notas explicativas. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa são mensurados ao valor justo, todos os investimentos de curto prazo em fundos de investimento de renda fixa, prontamente convertíveis e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5 Ativos financeiros - Classificação.** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: **2.5.1 Mensurados ao valor justo por meio do resultado.** Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e do modelo de mensuração de caixa. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: **2.5.1.1 Investimentos em títulos de dívida que são qualificados para mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.** Investimentos patrimoniais mantidos para negociação, e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. **Reconhecimento de Impairment.** A Companhia reconhece o impairment de ativos mensurados ao custo amortizado na data de balanço, quando a perda de valor é permanente. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. **Impairment:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo do risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada para o reconhecimento de impairment, com base nas informações disponíveis sobre a capacidade de pagamento do devedor. Em geral, leve-se em consideração os valores vencidos há mais de 90 dias ou em menor período, caso já avaliado o risco. A administração entende que a provisão para riscos sobre o contrato e receber está adequada e reflete o histórico de perdas. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há uma diretriz legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidação de

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outras fontes de informações e expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Em base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um efeito relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **(a) Amortização do ativo intangível:** A amortização do ativo intangível com vida útil definida é realizada dentro do prazo de concessão do contrato de concessão de acordo com a expectativa de consumo de serviços de passageiros, assim como os efeitos na taxa de demanda. No período de janeiro a dezembro de 2020 a taxa média utilizada foi de 3,27% (para o dezembro de 2019 - 2,86%), que representa a participação do período no total de passageiros esperado para todo a concessão. **(b) Taxa de desconto:** O ajuste a valor presente da outorga foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 8,15%, a conforme contrato de concessão, estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga. **(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O custo de recuperação e a contagem dos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível para compensação. A administração não reconhece o ativo fiscal diferido registrado e recuperável considerando os projetos de lucro tributável futuro e estimado com base no plano de negócio e nos orçamentos aprovados, extrapolado para todo o período de concessão. **(d) Provisões:** As provisões são mensuradas com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir os gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes dos tributos que reflete as avaliações atuais apropriadas para o período de tempo e para os riscos específicos da obrigação. **4 - Gestão de risco financeiro**
4.1 Identificação e avaliação dos instrumentos financeiros: A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os valores contábeis aproximam-se dos de realização. **4.2 Política de gestão de riscos financeiros:** A Companhia possui a seguinte política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações de alto risco, incluindo transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. **4.3 Gestão de capital:** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode autorizar o pagamento de dividendos, a emissão de novos títulos de dívida, a venda de ativos, a venda de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações ou a venda de ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Até o momento a Companhia não realizou distribuição de dividendos. **4.4 Risco de mercado - 4.4.1 Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos compromissos, presentemente assumidos. **4.5 Risco de crédito:** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitem a Companhia às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. As perdas estimadas de conta a receber foram registradas na rubrica provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6). **4.6 Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento Financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leve em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

11 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Saldos em 31/12/2018	Adições 2019	Transfer. Saldos em 31/12/2019	Adições 2020	Transfer. Saldos em 31/12/2020
Máquinas e equipamentos	20%	226	(114)	112	11	123
Móveis e utensílios	1.183	4	(6)	1.181	109	190
Equipamentos de informática	3.291	362	(1.452)	2.201	105	45
Total	4.700	366	(1.572)	3.494	225	3.761
(d) Depreciação Acumulada:						
Máquinas e equipamentos	20%	(153)	(16)	88	(81)	(9)
Móveis e utensílios	10%	(554)	(106)	3	(657)	(115)
Equipamentos de informática	20%	(2.374)	(373)	1.348	(1.399)	(144)
Total	(3.081)	(495)	1.439	(2.137)	(268)	(240)
12 Intangível						
Total						

	2020	2019
Saldos em 31/12/2018		
Infraestrutura	1.405.757	1.405.757
Outros em Operação	2.746.250	2.746.250
Software	4.735	4.735
Projetos	7.351	7.351
(f) Amortização Acumulada:		
Infraestrutura	(161.699)	(161.699)
Outros em Operação	(37.516)	(41.939)
Software	(181)	(181)
Projetos	(650)	(650)
Total	(1.465)	(347)
Intangível em Andamento:		
Infraestrutura	(581.141)	(581.141)
Projetos	9.260	9.260
Total	9.260	9.260

	2020	2019
Saldos em 31/12/2018		
Infraestrutura	8.658	8.640
Outros em Operação	(60.806)	1.283.544
Software	1.425.055	1.425.055
Projetos	51	8.706
(f) Amortização Acumulada:		
Infraestrutura	(8.720)	(52.166)
Outros em Operação	(37.516)	(41.939)
Software	(181)	(181)
Projetos	(650)	(650)
Total	(109.964)	59.367
Intangível em Andamento:		
Infraestrutura	9.260	9.260
Projetos	9.260	9.260
Total	18.520	18.520

	2020	2019
Saldos em 31/12/2018		
Infraestrutura	8.658	8.640
Outros em Operação	(60.806)	1.283.544
Software	1.425.055	1.425.055
Projetos	51	8.706
(f) Amortização Acumulada:		
Infraestrutura	(8.720)	(52.166)
Outros em Operação	(37.516)	(41.939)
Software	(181)	(181)
Projetos	(650)	(650)
Total	(109.964)	59.367
Intangível em Andamento:		
Infraestrutura	9.260	9.260
Projetos	9.260	9.260
Total	18.520	18.520

Considerando o cenário de incertezas apresentado pelo COVID-19, conforme apresentado na Nota 1, foram identificados indicadores de perdas por impairment e, por esse motivo, foi realizado teste de impairment, em data base preliminar, para a referência de 31/12/2020, o fim de testar a recuperabilidade do valor contábil do Ativo Intangível em Operação. Para esse teste, foram utilizadas as seguintes premissas: a) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; b) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; c) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; d) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; e) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; f) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; g) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; h) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; i) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; j) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; k) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; l) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; m) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; n) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; o) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; p) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; q) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; r) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; s) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; t) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; u) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; v) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; w) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; x) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; y) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; z) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; aa) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ab) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ac) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ad) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ae) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; af) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ag) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ah) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ai) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; aj) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ak) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; al) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; am) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; an) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ao) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ap) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; aq) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ar) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; as) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; at) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; au) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; av) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; aw) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ax) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ay) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; az) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ba) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bb) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bc) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bd) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; be) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bf) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bg) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bh) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bi) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bj) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bk) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bl) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bm) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bn) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bo) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bp) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bq) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; br) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bs) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bt) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bu) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bv) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bw) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bx) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; by) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; bz) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ca) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cb) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cc) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cd) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ce) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cf) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cg) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ch) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ci) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cj) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ck) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cl) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cm) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cn) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; co) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cp) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cq) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cr) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cs) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ct) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cu) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cv) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cw) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cx) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cy) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; cz) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; da) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; db) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; dc) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; dd) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; de) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; df) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; dg) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; dh) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; di) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; dj) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; dk) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; dl) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; dm) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; dn) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; do) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; dp) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; dq) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; dr) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; ds) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; dt) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; du) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; dv) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; dw) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; dx) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; dy) a taxa de desconto de 8,15% e o prazo de 25 anos; dz) a

14	Fornecedores	2020	2019
Fornecedores nacionais.....		34.369	26.784
Fornecedores estrangeiros.....		1.451	2.258
Total		35.820	29.042

15	Instrumentos financeiros derivativos	2020	2019
Swaps de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa.....		-	110
Período circulante.....		-	110

A operação com contratação de derivativo foi liquidada em junho de 2020. Essa operação foi contratada em conjunto com o empréstimo em moeda estrangeira obtido junto ao Banco Votorantim (Nota 16) e foram registradas a valor justo por meio do resultado (Nota 27).

16	Empréstimos e financiamentos	2020	2019
Circulante			
BNDES.....		43.153	41.136
Votorantim.....		18.028	36.296
Finame.....		274	273
Total		61.455	77.705
Não circulante			
BNDES.....		1.107.524	1.049.273
Finame.....		159	428
Total		1.107.683	1,049.701
Total		1,169,138	1,127,406

17	Movimentação de empréstimo	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro		1,127,406	1,080,005
Liberação.....		18.000	36.000
Pagamento de principal.....		(48.289)	(268)
Pagamento de juros e encargos.....		(22.975)	(86.800)
Apropriação de juros.....		86.838	98.215
Varição cambial.....		8.158	254
Saldo em 31 de dezembro		1,169,138	1,127,406

Nos meses de abril, maio e junho de 2020 foram captados recursos para capital de giro com o Banco Votorantim, no valor de R\$ 18 milhões com vencimento original em set/2020, que foi aditivado alterando o vencimento para jun/2021. No primeiro semestre de 2020 foi liquidada a operação em moeda estrangeira junto ao Banco Votorantim. O valor contábil considera juros a apropriar, apresentado a seguir:

	Captação/Corrigida	Juros a apropriar	Valor contábil
Financiamento infraestrutura.....	1.808.887	(718.479)	1.090.408
Empréstimo em moeda estrangeira.....	36.630	(334)	36.296
Financiamento de equipamentos.....	702	-	702
31 de dezembro de 2019	1,846,219	(718,813)	1,127,406
Financiamento infraestrutura.....	1.768.538	(617.861)	1.150.677
Empréstimo para capital de giro.....	18.289	(261)	18.028
Financiamento de equipamentos.....	545	(112)	433
31 de dezembro de 2020	1,787,372	(618,234)	1,169,138

Banco	Liberação	Principal	Vencimento	Encargos	Saldo
31 de dezembro de 2019		891,106		1,127,406	
BNDES.....	fev/14	492.067	dez/33	TJLP + 3,14%	726.428
BNDES.....	abr/14	61.946	dez/33	TJLP + 3,14%	90.383
BRADESCO.....	ago/17	821	jul/22	TJLP + 8,10%	312
BRADESCO.....	ago/17	272	jul/22	Selic + 7,38%	122
BNDES.....	mar/18	300.000	dez/33	TJLP + 3,14%	333.866
VOTORANTIM.....	abr/20	6.000	jul/21	CDI + 4,55%	6.009
VOTORANTIM.....	mai/20	6.000	jul/21	CDI + 4,55%	6.009
VOTORANTIM.....	jun/20	6.000	jul/21	CDI + 4,55%	6.009
31 de dezembro de 2020		873,106		1,169,138	

Período	Valor presente	Juros a transcorrer	Projeção
2022.....	59.426	82.429	141.855
2023.....	63.854	77.745	141.599
2024.....	68.796	72.705	141.501
2025.....	74.121	67.274	141.395
2026.....	79.858	61.424	141.282
2027 em diante.....	761.628	223.325	984.953
Total	1,107,683	584,902	1,692,585

Nos contratos de financiamentos de longo prazo, celebrados entre a Companhia e BNDES, foram apresentadas as seguintes garantias: • Cessão Fiduciária de Recebíveis; • Penhor de Ações da Infrafranca Participações S.A.; • Penhor de Ações da Infrafranca Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.; • Fiança Corporativa dos Acionistas: American International Airports LLC, ACI Airports S.A.R.L. - (AGI) e Corporación Aeronáutica S.A. - (CASA). • Guaranty Letter emitida por CAAP em 17/04/2020, referente a operação de CCB, na qual o Banco Votorantim nos desembolsou R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) para pagamento das parcelas da FRM nº 6111905290005.

17	FRM com o poder concedente	2020	2019
Contribuição variável - Outorga.....		4.704	7.886
Contribuição fixa - Outorga.....		3.262.828	3.056.899
Compensação financeira (a).....		(43.559)	(4.957)
Total		3,223,973	3,059,828
Circulante (a).....		277.392	291.958
Não circulante.....		2.946.581	2.767.870
Total		3,223,973	3,059,828

(a) Compensação referente reequilíbrio financeiro de ganho do pleito junto a ANAC por redução da tarifa estabelecida do Teca (terminal de carga) após contrato de concessão e reequilíbrio financeiro dos impactos relacionados ao Covid-19 (nota 1). **Movimentação dos compromissos com o poder concedente:**

	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro	3,059,828	2,998,732
Pagamento da Outorga fixa (b).....	(143.654)	(273.052)
Pagamento de contribuição variável (b).....	(8.213)	(7.704)
Apropriação - contribuição variável.....	4.769	7.905
Apropriação AVP.....	198.750	201.265
Apropriação - correção monetária.....	151.095	127.809
Compensação dos reequilíbrios.....	151.867	6.050
Apropriação de pleito de reequilíbrio (a).....	(190.469)	(1.177)
Saldo em 31 de dezembro	3,223,973	3,059,828

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As Administradoras e Acionistas Infrafranca Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Infrafranca Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infrafranca Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está

(a) Apropriação de pleito dos Reequilíbrios Econômicos Financeiros - REF foram efetuadas com deliberação da ANAC. Para o REF - Scanner foi deliberado referente a serviços de mão de obra para os serviços de escâneres com a Receita Federal que não estavam previstos no contrato. O REF Teca-Teca, é referente a mudança de algumas tarifas de cargas após assinatura do contrato de concessão. Para o REF - Covid é devido aos impactos causados pela pandemia (nota 1). (b) Em 2020, o pagamento da outorga fixa e variável foi por meio de compensação dos REF concedidos pela ANAC, conforme quadro a baixo:

	REF - Covid-19	REF - Scanner	REF - Teca-Teca	Total
Receita operacional.....	177.451	2.197	-	179.648
Correção monetária.....	9.491	686	-	10.177
Apropriação AVP.....	-	-	288	288
Reequilíbrio apropriado em 2020	186,942	2,883	644	190,469
Compensação Outorga Fixa.....	(140.297)	(2.883)	(474)	(143.654)
Compensação Outorga Variável.....	(8.213)	-	-	(8.213)
Saldo a compensar	38,432	-	170	38,602

18	Adiantamentos de clientes	2020	2019
Circulante			
Direitos de exclusividade.....		9.536	7.382
Demais adiantamentos.....		2.226	1.282
Total		11,762	8,664
Não circulante			
Direitos de exclusividade.....		69.895	58.262
Demais adiantamentos.....		5.000	21.519
Total		74,895	79,781
Total		86,657	88,445

Referente a adiantamentos de clientes cuja contrapartida está relacionada à transmissão do direito de exclusividade na exploração de determinados negócios, dentro do escopo das atividades que podem ser objeto de geração de receitas não-tarifárias. Os referidos valores são diferidos durante o prazo de vigência dos contratos.

19	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	2020	2019
A Companhia possui ações de natureza civil, trabalhista e tributária envolvendo riscos de perda, classificados pela administração como possíveis e prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, conforme composição e estimativa a seguir:			
Prováveis			
Regulatórias/Administrativa.....		636	1.126
Cíveis.....		2.328	4.800
Trabalhistas.....		4.970	3.105
Total		7,934	9,031

	2020	2019
Possíveis		
Cíveis.....	56.010	50.301
Tributária.....	-	904
Trabalhistas.....	9.173	10.333
Total	65,182	61,538
Total	73,116	70,569

	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro	9,031	11,073
Provisão.....	5.511	3.874
Baixa por reversão.....	(309)	(5.276)
Baixa por pagamento.....	(6.299)	(640)
Saldo em 31 de dezembro	7,934	9,031

20	Outros passivos	2020	2019
Circulante			
Repasse FNAC.....		6.964	12.777
Repasse ATAERO (b).....		9.022	9.049
Repasse PAN/PAT (c).....		283	384
Garantias diversas (d).....		2.854	2.764
Investimento a Realizar (e).....		4.938	4.938
Contribuição Mensal (f).....		7.150	10.859
Receita antecipada (g).....		427	421
Outros.....		221	7
Total		31,859	41,199
Não circulante			
Receita antecipada (g).....		3.787	3.929
Total		3,787	3,929
Total		35,646	45,128

(a) O repasse FNAC corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999. O valor repassado corresponderá sempre a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidenses) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do contrato de concessão. A partir de 01 de janeiro de 2021, este repasse será extinto pela Lei nº14.034, de 05 de agosto de 2020; (b) O repasse ATAERO é o adicional tarifário instituído pela Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 35,90% dos valores efetivamente cobrado dos usuários. A partir de 1º de janeiro de 2017 este adicional foi extinto pela Lei nº 13.319, de 25 de julho de 2016; (c) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA - Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Os percentuais são variáveis e determinados conforme o PMD (peso máximo da decolagem); (d) Garantias diversas estabelecidas nos contratos de cessão de espaço. Caso não ocorram quebras contratuais, tais valores serão devolvidos aos respectivos clientes; (e) Refere-se ao valor dos investimentos em benfeitorias a serem realizados no estacionamento, repassados à Companhia conforme previsto no contrato de exploração do estacionamento; (f) A contribuição mensal, sancionada pela Lei nº 13.319, de 25 de julho de 2016, é um adicional cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 23,44%, que substituiu a partir de 01 de janeiro de 2017 o repasse ATAERO. Esse percentual é recolhido ao Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) e corresponde a 35,90% (ATAERO) descontado os tributos; (g) Conforme decisão da ANAC de nº 158, de 11 de outubro de 2018, referente a revisão extraordinária do contrato de concessão, estabeleceu recomposição do equilíbrio econômico-financeiro sobre redução de tarifa de carga, sendo reconhecida receita diferida sobre a compensação financeira a ser apropriada no prazo da concessão.

21	Patrimônio líquido	2020	2019
Capital social: O capital social é representado por 1.455.000.000 de ações nominativas, sendo: 742.050.000 ações detidas pela Infrafranca Participações S.A. e 712.950.000 ações detidas pela Infraero, representativo a 51% e 49%, respectivamente.			
Ações			
Infraero Participações.....	712.950	742.050	1.455.000
Ações.....	742.050	712.950	1.455.000
Subscrito			
A integralizar.....	(4.900)	(5.100)	(10.000)
Integralizado.....	708.050	736.950	1.445.000

conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

22	Receita operacional líquida	2020	2019
Receita bruta - Tarifária.....		129.692	256.220
Receita bruta - Não Tarifária (a).....		135.241	199.933
Contribuição mensal.....		(26.371)	(52.016)
Outras Deduções.....		(3)	-
COFINS.....		(19.376)	(33.663)
PIS.....		(4.207)	(7.309)
ISS.....		(3.184)	(5.942)
Receita líquida		211,792	357,223

(a) As receitas não tarifárias incluem a cessão de espaços físicos para a exploração de diversas atividades. Os impactos incidentes sobre os serviços, consistem principalmente de ISS calculado às alíquotas em vigor no Distrito Federal (2%) e relacionadas ao PIS (1,65%) e COFINS (7,6%).

23	Custo dos serviços prestados	2020	2019
Pessoal.....		(58.816)	(68.009)
Serviços de terceiros.....		(18.773)	(26.852)
Utilidades e telecomunicações.....		(7.448)	(8.053)
Manutenção.....		(16.897)	(24.948)
Amortização e depreciação.....		(44.411)	(38.043)
Amortização Outorga fixa (a).....		(78.571)	(69.887)
Outorga variável (b).....		(4.769)	(7.905)
Impostos e taxas.....		(738)	(1.165)
Tecnologia.....		(5.378)	(6.564)
Outros.....		(11.527)	(14.540)
Total		(247,508)	(265,966)

(a) Valor da amortização da outorga fixa registrado na Companhia, o qual é calculado com base na curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão do aeroporto; (b) O valor da outorga variável é calculado com base na receita bruta da Companhia, excluindo o efeito da contribuição mensal e aplicando um percentual de 2% até um limite de receita anual, estipulado pela ANAC.

24	Despesas administrativas	2020	2019
Pessoal.....		(20.787)	(22.484)
Serviços de terceiros.....		(3.938)	(3.073)
Amortização e depreciação.....		(268)	(496)
Seguros.....		(1.195)	(1.131)
Tecnologia da informação.....		(1.779)	(3.380)
Impostos e taxas.....		(1.510)	998
Provisões Judiciais.....		440	(1.388)
Locomoção.....		(159)	(677)
Outros.....		(6.494)	(2.332)
Total		(35,690)	(33,963)

25	Despesas comerciais	2020	2019
Pessoal.....		(5.025)	